

Cimeira Empresarial Luso-Espanhola

Vila Real, 30 de maio 2017

Conclusões

UMA UNIÃO EUROPEIA RENOVADA, MAIS UNIDA E MAIS RESOLUTA

No momento em que se debate o futuro da Europa, num contexto ainda marcado pelos efeitos de uma crise económica profunda e sob o risco de emergência de forças extremistas e populistas que encorajam a adoção de respostas nacionais conflitantes a desafios que são comuns, a CIP e a CEOE reafirmam o seu compromisso com a União Europeia.

Mesmo que reconheçamos que os Estados-membros que querem cooperar mais profundamente em alguns domínios devem poder avançar, temos de nos manter unidos no nosso projeto comum, para construir uma Europa mais coesa, eficiente, com maior capacidade de resposta e, por isso, mais competitiva.

Na diversidade das nossas realidades nacionais, as comunidades empresariais espanhola e portuguesa partilham perspetivas comuns sobre os desafios da Europa e estão empenhadas em reunir consensos sobre o essencial que nos une, na nossa missão de defender o crescimento e a competitividade a nível europeu, fazendo ouvir a voz das empresas dos nossos países nas questões que mais influenciam o seu desempenho.

A Europa precisa de criar um ambiente atrativo para a competitividade e a inovação empresarial, libertando-se do peso de regulamentação desnecessária e demasiado onerosa, dos elevados preços da energia e de outros fatores que tornam excessivos os custos da atividade empresarial na Europa, especialmente para as PME.

Seguidamente apresentam-se as áreas de ação que a CEOE e a CIP consideram prioritárias para alcançar uma União Europeia renovada, mais unida e mais resoluta. Um objetivo que é estratégico e que requiere colaboração e trabalho coordenado dos setores público e privado, de acordo com um roteiro coerente e consensualizado.

APROFUNDAR O ESPÍRITO REFORMISTA NACIONAL E EUROPEU

Entre os problemas estruturais com que as economias espanhola e portuguesa se defrontam estão o desemprego, a baixa produtividade e o endividamento, público e privado.

Entre os consensos que partilhamos está o reconhecimento de que estes problemas só poderão ser ultrapassados se formos capazes de aprofundar o processo de reforma estrutural das nossas economias. O nosso objetivo é criar as condições necessárias para criar mais empresas e favorecer o crescimento das já existentes. Só assim podemos melhorar a competitividade e atingir taxas de crescimento económico mais elevadas e, conseqüentemente, mais prosperidade e emprego.

A continuação das reformas estruturais é chave para aumentar a atração de investimento pelos nossos países, chave para relançar o crescimento e para a prosperidade futura das nossas economias.

Estamos conscientes que, para atingir as metas que ambicionamos, é imprescindível melhorar a implementação das recomendações de reforma à escala europeia, no quadro do Semestre Europeu, contando para isso com a participação ativa dos parceiros sociais.

É necessária uma maior coordenação e ambição nas estratégias de crescimento ao nível nacional e europeu.

Ao nível nacional, a CEOE e a CIP apelam aos seus respetivos Governos para que assumam uma maior ambição na implementação das reformas estruturais previstas nos respetivos Programas Nacionais de Reformas, para reforçar a confiança dos investidores e consolidar a recuperação económica.

Relativamente à política orçamental, a CEOE e a CIP defendem que, sendo uma prioridade, a sustentabilidade das finanças públicas deverá ser conciliada com o estímulo ao crescimento económico necessário à resolução do problema do desemprego, nomeadamente através da redução da carga fiscal e contributiva sobre as empresas, de medidas de fomento do investimento privado e do relançamento de investimento público estratégico.

Em paralelo, é necessário desenvolver todas as potencialidades proporcionadas pela revolução tecnológica em curso com vista à criação de um mercado digital único na Europa que permita enfrentar com sucesso os desafios da globalização.

Do mesmo modo, a Europa deve fortalecer o seu mercado único noutras áreas, eliminando as numerosas barreiras que ainda tornam difícil às empresas, em particular às PME, operar noutro Estado-Membro que não o seu.

A CEOE e a CIP afirmam a sua posição à criação de obstáculos diversos no domínio dos transportes rodoviários, por parte de países do centro da Europa, que penalizam a competitividade das exportações da Península Ibérica e põem em causa princípios básicos do Mercado Único.

É necessário assegurar que os controlos nas fronteiras externas são eficazes e uniformemente aplicados, garantindo condições equitativas na União Europeia e eliminando a concorrência desleal por parte de fabricantes de países terceiros.

UMA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA MAIS COMPLETA E INTEGRADA

Para adaptar a governação económica à realidade, é preciso aprofundar a União Económica e Monetária, nas suas diferentes vertentes, através da:

- conclusão da União Bancária, nos seus três pilares, incluindo um mecanismo comum europeu de garantia dos depósitos.
- utilização da flexibilidade que a formulação atual do Pacto de Estabilidade e Crescimento permite para, juntamente com os outros instrumentos existentes, avançar não só na sustentabilidade das finanças públicas, mas também para uma estratégia macroeconómica global coerente, nas suas vertentes de política estrutural, orçamental e monetária. Tudo isto enquanto se aprofunda a reflexão sobre como fazer com que o Pacto de Estabilidade e Crescimento responda de forma mais eficaz a ambos os objetivos.
- aplicação reforçada do mecanismo de desequilíbrios macroeconómicos, tanto nos países deficitários como nos excedentários.
- criação de uma capacidade orçamental da área do euro para reforçar a estabilidade a longo prazo da UEM e a sua capacidade para enfrentar choques assimétricos, bem como apoiar reformas estruturais nacionais; tudo isto sem que se traduza num aumento da pressão fiscal.
- transformação do Mecanismo Europeu de Estabilidade num Fundo Monetário Europeu, mais autónomo dos governos nacionais em termos de tomada de decisão.

A coesão económica e social é um pré-requisito à coesão política. Por isso a União Europeia deve reforçar a sua política de coesão, com o objetivo de alcançar uma maior convergência económica entre os Estados-membros e as suas regiões, modernizando-a e simplificando as suas formas de atuação, no quadro de uma estratégia de investimento com uma forte abordagem territorial.

UMA POLÍTICA INDUSTRIAL, ENERGÉTICA E DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ORIENTADA PARA A COMPETITIVIDADE

É necessário apostar de forma decidida na indústria, pondo em prática medidas concretas que permitam reforçar o seu papel chave na recuperação económica, como

gerador de riqueza e de emprego, e pelo seu efeito motor nos restantes setores da nossa economia. Por isso, é fundamental consolidar o seu crescimento e garantir a sua recuperação, apoiando toda a cadeia de valor industrial.

As empresas estão comprometidas com a prevenção e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, bem como com uma produção e consumo mais eficientes da energia.

Para que ambas as políticas contribuam efetivamente para mais crescimento e emprego, é essencial que as mesmas permitam um aumento da competitividade empresarial e impeçam o surgimento de desvantagens competitivas intracomunitárias e/ou com países terceiros que possam dar lugar a deslocalizações. Além disso, é fundamental implicar os cidadãos para que a cidadania também assuma a sua parte de responsabilidades no processo de descarbonização da economia.

Um processo em que subjaz o estabelecimento de um novo modelo energético, em que todas as fontes de energia, sem exclusão, desempenhem o seu papel. Tudo isto sem esquecer a urgência em completar um mercado único da energia verdadeiramente integrado e competitivo, através da criação de uma base legislativa comum e de investimentos nas interconexões transfronteiriças de gás e eletricidade.

No que se refere ao sistema energético ibérico, é preciso destacar a necessidade de:

- Dispor de preços da energia competitivos, que permitam às nossas indústrias continuar a operar no âmbito europeu e internacional.
- Reforçar a transparência na operação dos sistemas energéticos ibéricos, para que os operadores gozem de igualdade de oportunidades.
- Continuar com a integração de ambos os sistemas elétricos e dar um novo e decisivo impulso na consolidação do MIBGAS.
- Prosseguir as ações de harmonização dos sistemas regulatórios de Portugal e Espanha.
- Insistir na necessidade urgente de dispor de uma capacidade de interconexão suficiente entre a Península Ibérica e o resto da Europa.

Esta capacidade é absolutamente indispensável para que Espanha e Portugal se integrem efetivamente no mercado europeu da energia, condição necessária ao estabelecimento de bases competitivas para as empresas dos dois países.

Por outro lado, também ao nível europeu, é indispensável se potencie a utilização dos sistemas ibéricos, elétrico e gasista, designadamente a sua grande capacidade de produção energética renovável e a existência de excelente capacidade de receção de gás natural liquefeito, proporcionando à Europa a necessária diversificação do seu abastecimento energético.

UMA POLÍTICA DE INFRAESTRUTURAS E DE TRANSPORTES COMO VETOR DA COESÃO TERRITORIAL

O investimento em infraestruturas de transportes deve ser concebido e planificado numa ótica global, impulsionando-se a intermodalidade dos diferentes modos de transporte, e visando o reforço das redes transeuropeias e da interoperabilidade das redes nacionais.

A CEOE e a CIP reafirmam a importância de dotar a Península Ibérica de uma rede eficaz de transportes de mercadorias que ligue os seus portos ao centro da Europa, complementada por uma rede de infraestruturas logísticas enquadrada numa visão logística ibérica, sendo muito necessário, neste contexto, um impulso ao transporte ferroviário de mercadorias.

Entre outras, consideram-se prioritárias as ligações ferroviárias nos corredores de Aveiro – Salamanca – Irun e de Sines/Setúbal à fronteira com a França, passando por Madrid, com as características técnicas que lhes permitam oferecer um serviço competitivo para mercadorias, a ligação Porto – Vigo, no eixo atlântico, e, ainda, outras ligações necessárias para o impulso do Corredor Mediterrânico.

Após um período marcado pela quebra de investimento público, é preciso ativar os recursos nacionais e europeus adequados às necessidades de investimento em infraestruturas e serviços prioritários. Neste sentido, e para que tal seja possível, seria aconselhável que os governos de ambos os países solicitassem à Comissão Europeia, excluir do Pacto de Estabilidade e Crescimento os investimentos em infraestruturas estruturantes e transeuropeias.

A CEOE e a CIP apelam aos seus Governos para que promovam a necessária coordenação dos investimentos, tanto ao nível do planeamento e timings de construção, como no que respeita à harmonização das soluções técnicas das infraestruturas. É também necessário assegurar a plena integração das redes ferroviárias ibéricas com a França.

UMA POLÍTICA COMERCIAL ABERTA AO MUNDO

Num quadro mundial onde ressurgem tendências protecionistas, a União Europeia tem de acelerar a sua agenda de comércio internacional num espírito de reciprocidade, orientada para o reforço da internacionalização das empresas e para a abertura de novos mercados de países terceiros, ao mesmo tempo que se mantém firme na aplicação eficaz dos seus Instrumentos de Defesa Comercial.

A União Europeia tem de ser capaz de aproveitar as oportunidades que resultam do fortalecimento das relações com a América Latina. O reinício das negociações com o Mercosul é uma boa notícia, porque se, como esperamos, vierem a ser concluídas com sucesso, a UE terá acordos comerciais com praticamente todos os países latino-americanos.

Do ponto de vista empresarial, a CEOE e a CIP mostram a sua disponibilidade para apoiar os esforços dos nossos governos para reforçar o protagonismo da América Latina na política comercial europeia, através, especialmente, do Conselho de Empresários Ibero-americanos, criado em 2015.

As potencialidades do continente africano não poderão deixar de constituir um objeto de reflexão e de atuação das políticas da União Europeia, tema também constante nas atuais agendas do G7 e do G20. A União Europeia ainda é o principal parceiro comercial e investidor estrangeiro em África e, como tal, constitui um parceiro privilegiado no progresso e, conseqüentemente, na paz deste grande continente. As empresas europeias, e em especial as portuguesas e espanholas, aqui representadas pela CIP e pela CEOE, estão conscientes das oportunidades e dos desafios de operar neste mercado, apelando à conjugação inovadora das políticas comercial e de desenvolvimento da União Europeia, em cooperação com os seus Estados-Membros.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DECORRENTES DO “BREXIT”

Em relação ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia, a CIP e a CEOE consideram que é necessário minimizar os fatores de instabilidade e incerteza em relação ao futuro. Num quadro de respeito pela decisão soberana do povo britânico, há que apontar o foco ao que deve ser feito para prosseguir o nosso caminho, a partir do momento em que o Reino Unido abandonar, de facto, a União Europeia (UE).

Assim, CEOE e CIP, determinam a criação de um canal de comunicação e troca de informações para o acompanhamento do processo de saída do Reino Unido da U.E., empenhado em preparar atempadamente este processo, tendo no horizonte as oportunidades que a notificação, no âmbito do Artigo 50.º do Tratado da União Europeia, abre aos agentes económicos da Península Ibérica.

A primeira oportunidade já conhecida é a futura localização da sede da Agência Europeia do Medicamento (EMA), entidade responsável pela avaliação científica dos pedidos de autorização de introdução no mercado de medicamentos apresentados ao nível da UE.

A localização desta instituição potencia a atividade económica e também científica, a começar pelas áreas da saúde e biotecnologia. A sede da EMA representa, por si só, um polo de atração para inúmeras atividades ligadas à investigação científica, ao

licenciamento, aos ensaios clínicos, à representação de países terceiros e serviços de apoio às empresas.

Pela sua importância estratégica e pela inevitabilidade da saída do Reino Unido, é do interesse da CEOE e da CIP acompanhar o processo de realocização da sede da EMA e desenvolver todos os esforços para atrair esta organização para a Península Ibérica.

Conhecidos os critérios definidos pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia para a decisão de localização, é inegável que as candidaturas ibéricas reúnem todas as condições para acolher esta importante agência europeia.

A CIP e a CEOE defendem ainda que, tão importante como a negociação de um acordo de saída ordenada, é essencial ponderar também sobre o acordo que vai estabelecer o novo tipo de relacionamento entre o Reino Unido e a União Europeia. Ambos os aspetos são, para as empresas, verdadeiramente importantes.

Partilhamos o objetivo de manter, tão próximas quanto possível, as relações económicas entre a União Europeia e o Reino Unido, mesmo sabendo que não vai ser possível manter um enquadramento tão favorável como o que prevalece no quadro do mercado único, cuja integridade é preciso preservar.

Para isso, consideramos imperativo evitar a criação de obstáculos desnecessários ao comércio e ao investimento, garantindo, ao mesmo tempo, condições leais de concorrência. É preciso que, ao nível político, nas negociações que vão agora começar, haja uma forte consonância sobre este objetivo.